

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

NÁDIA XAVIER MOREIRA

INSTITUIÇÕES MILITARES: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito à disciplina “Questões de Teoria Social, Cidadania e Serviço Social”.

Professor: Marildo Menegat

Rio de Janeiro

2011

INSTITUIÇÕES MILITARES: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA

Incorporando-me à Marinha do Brasil, prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado, respeitar os superiores hierárquicos, tratar com afeição os irmãos de armas, e com bondade os subordinados, e dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, cuja Honra, Integridade, e Instituições, defenderei com o sacrifício da própria vida! (Juramento à Bandeira prestado por todos os integrantes da Marinha do Brasil por ocasião de sua incorporação).

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo principal tecer uma análise das Instituições Militares. Toma de empréstimo, para isto, a contribuição de autores da sociologia e de estudos pioneiros da intitulada “Sociologia Militar”, cujos principais expoentes são Samuel P. Huntington e Morris Janowitz.

Faz-se importante destacar, neste aspecto, que uma característica comum a grande parte dos poucos estudos de sociologia dedicados, direta ou indiretamente, a tal questão parece ser a constatação, por parte dos seus autores, de que a instituição militar, a guerra, a violência militar não têm recebido a atenção devida, apesar da sua importância na sociedade moderna. Esta é a posição assumida por Domingos (2005, p.38):

A guerra [...] e o integrante de corporações armadas e preparadas para atuar em nome de quem exerce ou quer exercer o poder são estranhamente menosprezados pelo pensador moderno. Nestas matérias, Clausewitz, morto em 1831, persiste como referência. Nenhum autor clássico das Ciências Sociais dedicou-se seriamente à guerra.

Pensamento corroborado por Maria Carrilho (*apud* Gouveia, p. 67), segundo a qual “[...] o estudo da questão militar e da guerra tem tido um tratamento desproporcionalmente exíguo em relação à magnitude que tal problemática assume nas sociedades contemporâneas”. A reflexão sociológica sobre o assunto enfrenta dificuldades, mesmos em países com tradição no assunto, a exemplo dos Estados Unidos da América¹.

¹ Em um “paper” de 1976, Chales Moskos procurava fazer um levantamento dos estudos existentes a respeito e comentava (*apud* Viegas, p. 57): “O estudo das Forças armadas e sociedade é uma espécie de anomalia nas disciplinas sociológicas. Apesar de possuir uma literatura extensa e acumulativa, a sociologia dos militares é raramente incluída nos currículos de graduação ou pós-graduação”.

No âmbito das pesquisas de cientistas sociais brasileiros ainda é pouca a produção de trabalhos de investigação sociológica sobre as Forças Armadas. Muitos dos estudos privilegiaram a análise da intervenção dos militares na política ou a transição do regime militar para democracia².

O militar interfere direta ou indiretamente, de forma explícita ou encoberta nas relações sociais; está presente na modelagem de instituições, na configuração e na dinâmica do poder político; é decisivo na delimitação de fronteiras territoriais. Engajou-se na construção de seu país antes do surgimento do Estado nacional. Portanto, seria um equívoco julgar-se que este seja um campo de investigação de importância menor. Torna-se, assim, importante que pesquisadores se voltem para a investigação sociológica em assuntos da profissão militar. Este trabalho busca uma aproximação da análise da instituição militar ancorada em autores da sociologia.

O ponto de partida sociológico para a compreensão da Instituição Militar será um apanhado histórico da profissão militar; utiliza-se, para isto, a construção de Huntington. A partir daí, serão resgatados conceitos elaborados por autores das ciências sociais que contribuam em um melhor entendimento destas organizações: a burocracia à luz do pensamento weberiano, o conceito de instituições totais de Goffman, o poder disciplinar segundo a abordagem de Foucault e a dominação masculina com Bourdieu. A opção por tal abordagem permite dialogar com vários aspectos presentes nessas instituições e que conformam os princípios orientadores da conduta neste tipo de organização, o que muito revela da sua forma de ser e de aparecer.

PROFISSÃO MILITAR: UM OLHAR HISTÓRICO

Ao estudar a gênese da profissão naval, Elias (2001) argumenta ser possível reconstruir grandes processos históricos, como a formação de Estados nacionais, através da análise de microfenômenos sociais, como o desenvolvimento e as características assumidas por uma profissão. Entende o autor ser a situação de mudança em uma comunidade inteira que gesta as condições para o surgimento de uma nova ocupação, também determinante do curso do seu desenvolvimento. Neste sentido, pode-se afirmar que foram as transformações porque a guerra passou que oportunizaram a profissionalização militar.

²A despeito desta realidade, a partir dos anos 2000, notam-se pesquisadores, notadamente, da área antropológica, que lançaram mão de estudos de pesquisa de campo com observação participante com militares, processo que teve como precursores os estudos de Castro (1990) e Leirner (1997).

As instituições militares, tais como nós as conhecemos, com seu perfil profissional, são um produto histórico ocidental do modo de conduzir a guerra a partir da Idade Média e da sucessão das classes que a protagonizaram. Para Huntington (1996), três momentos, de um modo genérico, demarcam esta trajetória: da Idade Média até o século XVII, o século XVIII e o século XIX, os dois primeiros caracterizados como a fase pré-profissional e o último como o século emergente do profissionalismo militar.

A fase pré-profissional

Compreendida até o século XVII, cuja força militar caracteriza-se pelo não profissionalismo, é marcada pela figura do oficial mercenário e aristocrata amador, os quais não consideravam o oficialato uma profissão. Para o primeiro, era um negócio, um serviço posto à venda aos reis ou chefes políticos em troca de contrapartida pecuniárias ou patrimoniais.

Pode-se elencar como limitações ao exército de mercenários sua composição heterogênea, multinacional, providos, em muitas ocasiões, de armamentos muito diversos, bem como da dificuldade de discipliná-los, e, ato contínuo, de dirigi-los eficazmente. Maquiavel, já no início do século XVI, alerta para fragilidade do Príncipe que conta com “armas alheias”; concebe que a estabilidade política depende da força e que os fundamentos do Estado são as “boas leis e boas armas”.

Se alguém basear seu Estado em armas mercenárias, nunca estará seguro nem terá estabilidade, porque tais tropas são desunidas, ambiciosas, sem disciplina, infiéis, valentes entre os amigos e vis diante dos inimigos. [...] A causa disso é que não há outro vínculo ou motivo que as mantenha em campo senão o soldo, o que nunca será suficiente para que se disponham a morrer por você (MAQUIAVEL, 2010, p 86).

O autor de “O Príncipe”, preocupado com a fragilidade da Itália frente a ingerências externas, condena a contratação de mercenários e propõe uma organização militar baseada essencialmente nos camponeses, mais refratários aos “vícios da cidade” e passíveis de maior entusiasmo pelo Príncipe. Prenuncia, desta forma, o caminho para a formação do exército moderno.

Segundo Huntington (1996), a Guerra dos Trinta anos (1618-1648)³ marca o fim do sistema mercenário e sua substituição por tropas comandadas por oficial amador aristocrático.

³ A Guerra dos Trinta Anos, segundo O’Connell (1995), compreendeu uma série de conflitos travados, sobretudo, na Alemanha, entre 1618 e 1648, e, envolveu grande parte dos países da Europa Ocidental. Tais conflitos estavam, inicialmente, enraizados em disputas de caráter religioso entre os germânicos, inseridos no contexto da

O sucesso dos exércitos disciplinados e homogêneos do rei sueco Gustavus Adolphus e de Oliver Cromwell, da Inglaterra, animados pelo patriotismo, intercalando o treinamento dos soldados com celebrações religiosas cotidianas para manter a disciplina e convencer os combatentes de que se entregam por causas sagradas, a crescente consolidação do poder dos monarcas nacionais que passam a sentir a necessidade em possuir forças militares permanentes, protetoras dos seus domínios e apoiadoras dos seus regimes, conduziram à substituição das tropas mercenárias por exércitos permanentes, subordinadas ao serviço dos reis.

Ao final do século XVII e ao longo do século XVIII implanta-se um sistema, cujo comando era confiado a cavalheiros, oriundos da nobreza feudal, diferentes em nascimento, temperamento e ascendência sobre seus soldados; o recrutamento dos guerreiros varia entre a conscrição e o voluntariado, consoante as possibilidades de pagamento de soldos. Vale destacar que a função de recrutar é retirada dos oficiais e realizada por agentes do rei, o que torna as forças militares mais uma propriedade da Coroa do que de seus agentes. Socializa-se a função militar, o controle nacional substitui o controle privado.

Atender aos interesses da aristocracia do que ao desempenho eficiente da função militar, foi como se conformou o corpo de oficiais do século XVIII. A indicação e a promoção dos oficiais eram ditadas pela riqueza, origens familiares, influência pessoal e políticas.

Elias (2001), ao discorrer sobre a gênese da profissão naval, ilustra tal fato; ao afirmar que muitos dos cavalheiros chegavam ao comando de navios com pouca experiência, desprovidos de treinamento regular profissional, nomeados por meio de favores ou dinheiro. Esforçam-se para continuar a ter um estilo de vida ao qual estavam acostumados; trazem para bordo empregados pessoais, parentes arruinados, acomodados no navio como parte integrantes da tripulação.

Assim, a ocupação militar encontra-se destituída até o século XVIII de critérios profissionais, subordinada aos imperativos políticos e sociais. A inexistência de concepção afeta a ciência militar como ramo distinto de conhecimento, e, ato contínuo, de instituições para ministrar conhecimentos da área e de sistema para aplicá-lo na prática, foram fatores determinantes para que tal fato se sucedesse. Adiciona-se, a centralidade no postulado de

Reforma Protestante, os quais evoluíram para a guerra. À medida que o conflito se desenhou, a luta passou a ser influenciada por outros temas colaterais, tais como as rivalidades e ambições dos príncipes alemães e a teimosia de alguns dirigentes europeus, sobretudo dos franceses e suecos, em abater o poderio da ala católica do Sacro Império Romano-Germânico, instrumento político da família habsburgos. Este conflito devastador pode dividir-se em quatro períodos distintos: uma primeira fase, "Palatino-Boémia" (1618-1625); depois a fase "dinamarquesa" (1625-1629); "sueca" (1630); e, finalmente, o período "francês" (1635-1648).

gênio natural, cujo pressuposto estava amparado na idéia de que o sucesso na guerra era derivado de dons inatos, logo, não adquiridos por formação, o que implica a desvalorização do ensino e formação militares. Aspectos que levam Huntington (1996, p. 46) a concluir: “[...] a profissão militar simplesmente inexistia”.

O profissionalismo militar

O século XIX marca a emergência do profissionalismo militar. O Estado prussiano inaugura este processo⁴. Os prussianos foram os primeiros a abolir distinções de classe no acesso ao corpo de oficiais, o que abre caminho, desta forma, para critérios de ingresso pautados na educação geral e específica, de promoção na carreira por merecimento e desempenho. Foi ainda a primeira nação a investir fortemente no estabelecimento e valorização social das instituições formativas militares e no sistema aprimorado e eficiente de estado maior. Foi ainda um prussiano, Karl von Clausewitz, com sua obra clássica “Da Guerra”, que forneceu as bases teóricas para a profissão e da nova forma de pensar a guerra, patriótica⁵.

Na modernidade, a sagração do guerreiro ocorre, e só pode ocorrer, no altar da pátria, onde a bandeira nacional paira como ícone supremo. A sua defesa tanto justifica tirar a vida do outro quanto permite morrer de forma gloriosa. O moderno considera que quem guerreia em nome de Deus é fanático; o civilizado guerreia pela pátria sagrada (DOMINGOS, 2005, p.51).

Para Huntington (1996), os fatores responsáveis pelo surgimento do profissionalismo militar podem ser buscados na especialização tecnológica, no nacionalismo competitivo, no conflito entre democracia e aristocracia, na presença da autoridade legítima e estável e no serviço militar obrigatório. Passemos a uma rápida análise de cada um destes fatores.

O crescimento da população nos séculos XVIII e XIX, o início da industrialização, o desenvolvimentos da tecnologia e do urbanismo deixaram as suas marcas na sociedade, fatores que contribuíram para a crescente divisão do trabalho e especialização funcional, tendências que se repercutiram na organização dos exércitos. A guerra ganha um caráter

⁴Segundo Huntington (1996, p. 49), se fosse necessário indicar uma data precisa para o nascimento da profissão militar no Ocidente, ela seria 06 de Agosto de 1808. Nesta data, o governo prussiano publicou um decreto relativo ao recrutamento e progressão de oficiais, cujo conteúdo dizia: “O único título a dar direito a um posto de oficial será, em tempo de paz, o da educação e conhecimentos profissionais; em tempo de guerra, bravura e percepção exímias. De qualquer parte da nação, portanto, todos os indivíduos que possuem essas qualidades estão habilitados a os mais altos postos militares. Fica abolida toda distinção de classe anteriormente existente, e todo homem, independentemente das suas origens, tem iguais deveres e iguais direitos”.

⁵ RAPOPORT, Anatole. Prefácio. In: Clausewitz, Carl; Da Guerra. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p XXV.

menos simples e mais complicado com o avanço da tecnologia, em termos de armamento, transportes e comunicações. Os Exércitos e as Armadas tornam-se organizações complexas, com um número crescente de indivíduos divididos por centenas de especialidades. Funções do profissional militar concretizam-se e especializam-se, distinguem-se das de político e de polícia, com as quais se tinham ligado no passado. Alia-se a isto, o aumento da exigência de militares gestores à medida que a burocracia militar se expande em tamanho e complexidade, o que torna essencial o planeamento cuidadoso das operações e da coordenação de várias unidades e funções. Neste contexto, “O profissionalismo tinha que surgir” (Huntington, 1996, p.50).

A competição entre Estados possibilitou a criação de um corpo permanente de especialistas, com reconhecida utilidade social (e política), dedicados aos interesses da segurança militar da nação. Fato somente possível com o desenvolvimento do Estado-nação que permitiu a centralização de recursos, destinados a sustentar economicamente um corpo de oficiais, dedicados exclusivamente à guerra.

A emergência de partidos e ideais democráticos forneceram as bases para substituição do ideal aristocrático para o representativo. Aspecto determinante para findar com o monopólio dos nobres no corpo de oficiais, o que abriu a possibilidade de recrutamento em todas as classes sociais, haja vista a ideia, ainda tão cara às Forças Armadas, de que elas deveriam ser representativas da nação.

O processo de centralização do poder do Estado enfraqueceu gradualmente os centros de poder locais e possibilitou o desenvolvimento de lealdades e sentidos de pertença que transcendiam a aldeia e a região. Para o corpo de oficiais, tal enfraquecimento gerou as condições do reconhecimento de uma única fonte de autoridade sobre o estabelecimento militar, aceita como corporificando a autoridade da nação, porta de entrada para a progressiva despolitização deste grupo; sobressai-se, assim, ideais profissionais a valores políticos.

A emergência da guerra nacional na esteira da Revolução Francesa e do princípio do recrutamento universal, traduzido no exército de cidadãos, não é coincidente com o impulso para a profissionalização militar por mero acaso. A combinação dos ideais de “cidadania, liberdade, igualdade e fraternidade”, idealmente materializada na nação, mostra-se explosiva após a Revolução Francesa: o exército francês cresce exponencialmente, com combatentes dispostos a matar e a morrer pela pátria. Importante destacar que a *levée en masse* desvaloriza o custo do soldado, facilmente substituído, o qual recebe apenas uma formação básica e curta, na crença de que o entusiasmo patriótico compensaria sua falta de experiência e de formação⁶.

⁶ Rapoport, Anatole; op. cit; p. XXVIII.

Ao longo do século XIX, o recrutamento militar obrigatório se consagra na forma superior de compor a tropa. A fórmula “nação armada” se impõe como marca do Estado moderno, após a derrota da França em 1870, atribuída ao fato dos prussianos terem mais zelo com a preparação guerreira de seus combatentes.

Assim, a emergência da guerra dos povos frente à tradicional guerra dos governos tem como desdobramento o crescimento rápido do número de soldados a serem enquadrados, formados e dirigidos, uma vez que a passagem pelas fileiras era apenas por curtos ou médios períodos de tempo. Surge a necessidade de alguém que os enquadrasse, ensinasse e dirigisse continuamente. O desenvolvimento dos programas de formação, dirigidos aos conscritos, conduz também ao nascimento do perfil de oficial-educador, que mais tarde, já no século XX, contribuirá para o incremento do prestígio social dos profissionais militares.

Vale acrescentar que a necessidade de armar grandes exércitos, e, ato contínuo, a real possibilidade da massificação do recrutamento, só foi concretizável após a Revolução Industrial, por meio da consolidação de uma indústria de armamento, destinada também à produção em massa. Como corolário deste processo, a guerra, que antes do século XIX, tinha sido essencialmente uma empreitada dispendiosa, travada por exércitos pequenos, a conjugação da conscrição geral e da produção industrial massiva de armamento reduz-lhe substancialmente os custos.

Assim, pode-se afirmar que o processo de profissionalização militar implicou a eliminação dos pré-requisitos aristocráticos para ingresso em suas fileiras; a exigência de um treino profissional básico e de competência, e, mais tarde, a imposição de formação geral mínima anterior à profissional, não ministrada por estabelecimentos militares, mas por Escolas Superiores autônomas face ao estabelecimento militar.

No que concerne ao desenvolvimento da carreira, os critérios de base para a promoção passaram a privilegiar a promoção por antiguidade a par com o mérito. Estabeleceram-se, ainda, linhas de progressão profissional formais com requisitos (nomeadamente educacionais) para a ocupação de postos. No âmbito da formação, as academias e restantes escolas adquiriram importância crescente e centralidade constante, não apenas pelo papel fundamental de socialização profissional que consolidaram, como pela legitimidade na revelação de princípios científicos e técnicos a incorporar no corpo de conhecimentos específico da profissão. Soma-se a todo este processo, a instituição de estados-maiores, o que permite a separação entre funções de linha e de staff, aspecto que contribui para clarificar e estabilizar as relações com a autoridade política. Em síntese:

Na tropa moderna, o combatente já não é escravo ou criminoso retirado da prisão, em busca de liberdade ou do simples direito de continuar vivo; não é formalmente o mercenário procurando meio de vida nem o pobre sem arrimo, buscando proteção, vestindo farda a contragosto; tampouco representa casta ou cumpre ordens de senhores. O combatente civilizado serve ao Estado, mas pertence espiritualmente a nação e, como seu defensor, deve ser remunerado e respeitado (DOMINGOS, 2005, p.52).

SOCIOLOGIA DOS MILITARES: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

O resgate histórico trabalhado buscou demarcar os principais fatores da ocupação militar se transformar em uma profissão. Processo que caminhou de mãos dadas com a formação dos Estados nacionais, em uma relação simbiótica: foi preciso o Estado moderno para criar o exército permanente, promovendo e impondo a esta instituição o processo de profissionalização, como o exército criou o Estado moderno, o que possibilitou este último o monopólio do poder coativo (WEBER, 1999). Logo, não há como desconsiderar que ambas as instituições sofrem de influências recíprocas.

A burocracia, característica principal do Estado moderno, segundo Weber (2008), também moldou as instituições militares. Assim, as elaborações weberianas sobre o tema constituem em boa porta de entrada para se pensar as organizações castrenses à luz de conceitos sociológicos.

Organizações militares como instituições burocráticas

Conforme o demonstra Weber (1999), a burocracia se expressa em uma organização permanente de cooperação entre indivíduos, na qual exerce cada um uma função especializada; é parte da sua essência a impessoalidade, na qual todos agem conforme leis. Para ele, a principal característica da sociedade moderna e do capitalismo é a racionalidade burocrática, a qual somente conseguiu se desenvolver plenamente no Estado moderno e nas formas mais avançadas de capitalismo.

Para Weber (2008)⁷, não importa ao caráter da burocracia que sua autoridade seja chamada “pública” ou “privada”, pois o princípio da autoridade hierárquica de cargo encontra-se em todas as organizações burocráticas. Os princípios da hierarquia dos postos e dos níveis de autoridades significam um sistema firmemente ordenado de mando e subordinação, no qual há uma supervisão dos postos inferiores pelos superiores. Uma vez

⁷ Estas elaborações encontram-se desenvolvida em: WEBER, Max. Burocracia. In: GERTH. H. H.; MILLS, C. Wright (Org.). **Max Weber – Ensaio de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LCT, 2008. p. 138-170.

criado e a tarefa sendo realizada, o cargo tende a continuar existindo e a ser ocupado por outra pessoa.

O desempenho do cargo segue regras gerais mais ou menos estáveis, mais ou menos exaustivas, e que podem ser aprendidas, pois, quando o cargo está plenamente desenvolvido a atividade oficial exige do funcionário sua plena capacidade de trabalho, de forma a ocupá-lo durante todo o tempo que lhe é exigido de permanência na repartição. Essa redução do cargo moderno a regras está profundamente arraigada a sua própria natureza, já que a ocupação de um cargo é uma “profissão”. Isso se evidencia na exigência de um treinamento rígido, que demanda toda a capacidade de trabalho durante um longo período de tempo e nos exames especiais que, em geral, são pré-requisitos para o emprego. Além disso, a posição do funcionário tem a natureza de um dever, pois o ingresso num cargo, inclusive na economia privada, é considerado como a aceitação de uma obrigação específica da administração fiel, em troca de uma existência segura. Quer ocupe um posto público ou privado, a posição social do funcionário é assegurada pelas normas que se referem à hierarquia ocupada.

Se tomarmos de empréstimo tais contribuições para análise das organizações militares, perceberemos que caem como uma luva no perfil assumido por elas, após sua profissionalização.

O ingresso na carreira militar ocorre através de concurso público; o fato de ser aprovado no processo seletivo não credencia de imediato o indivíduo ao cargo. É necessário que o candidato passe por uma escola de formação, ao fim do qual o sujeito é avaliado como apto ou não a exercer o posto. Importante destacar que a função militar requer um alto grau de especialização, adquirida através de treinamento específico e experiência, não constitui mero desenvolvimento de uma habilidade técnica, é uma habilidade intelectual complexa que requer estudo e treinamento abrangentes, uma vez que não cabe ao oficial o ato de violência em si, mas a sua administração e tudo o que a ela esteja envolvido⁸.

Para tanto, exige-se do moderno oficial militar dedicação de grande parte de sua vida profissional à escolaridade formal. Ao longo de toda sua carreira o profissional militar terá que passar por diversos cursos, cuja conclusão e aprovação o qualificam para as devidas promoções. A fim de que possa mesmo almejar alcançar o topo de sua profissão, é imprescindível que ele tenha conhecimento do desenvolvimento histórico das técnicas de

⁸ Segundo Huntington (1996), quando nos referimos ao grupo profissional militar estamos falando dos oficiais, que são aqueles treinados para exercerem a função específica das Forças Armadas de administração da violência, cabendo aos praças a função de sua aplicação. Para o autor, “a direção, a operação e o controle de uma organização humana cuja principal função consiste na aplicação da violência é a qualidade peculiar do oficial” (1957, p.30).

organizar e dirigir forças militares. Como os métodos de organizar e aplicar a violência estão intimamente relacionados ao padrão cultural da sociedade em cada época, a qualificação militar requer uma vasta base de cultura geral e a educação geral é reconhecida hoje como desejável para o oficial profissional.

É oportuno observar que os profissionais militares adquirem as suas licenças de exercício da atividade em escolas de formação privativas da instituição militar, as quais possuem currículos formalizados, contemplando o exercício de atividades intelectual e mecânica.

Vale notar que estes estabelecimentos cumprem ainda uma função de socialização, de formação de um “novo ser social”, haja vista que ao ingressar em uma instituição militar o homem ou a mulher se torna herdeiro de um conjunto simbólico identificador da instituição. Composto por práticas e discursos, expressos em cerimônias, símbolos e no dia-a-dia institucional. A instituição precisa ter mecanismos que possibilitem esse processo de incorporação da herança⁹. É importante ainda observar para além das organizações e expressões concretas da presença institucional, seus prédios e suas produções materiais, a instituição se realiza no campo da subjetividade, como força de perpetuação de determinadas práticas. No caso das academias militares, é digna de nota a projeção contínua de elementos de memória na formação de um discurso acerca da própria caracterização da cultura e da identidade militar. Afinal, como afirma Janowitz (1967, p.175): “A profissão militar é mais que uma ocupação; é todo um estilo de vida. O oficial faz parte de uma comunidade cujas exigências sobre sua existência diárias transcendem seus deveres oficiais”.

A hierarquia, que segundo Weber, comanda todo o sistema de mando e subordinação nas organizações burocráticas, constitui na instituição militar, para Leirner (1997), em elemento-chave para compreensão da sua mentalidade, separação entre mundo castrense e o mundo civil e para se entender a distinção entre quem é ou não militar. Ela é norteadora das condutas individuais e coletivas no campo militar; é princípio primeiro da divisão social de tarefas, papéis e status no interior das Força Armadas; determina condutas e estrutura relações de mando e obediência. A hierarquia no meio militar não é um sistema piramidal, como pensa o senso comum, mas um princípio segmentador, não somente entre patentes, mas de pessoa a pessoa.

⁹O conceito de instituição neste estudo é tomado a partir da contribuição de Bourdieu (1988), enquanto espaço de construção de um sistema simbólico, que dá significação às práticas e símbolos existentes neste espaço, bem como, identifica os indivíduos a ela pertencentes. Os rituais da instituição representam o poder simbólico daqueles que o realizam e o reconhecimento deste tipo de poder da instituição.

Cada indivíduo aparece em um lugar singular da cadeia, duas pessoas jamais estão na mesma posição, sempre há alguém que comanda e alguém que obedece imediatamente ‘antes’ e ‘depois’ de cada um. Quando a cadeia de comando ‘se move’, por exemplo na época de promoção, seus indivíduos movem-se juntos, trocando de posto (LEIRNER, 1997).

Assim, estabelecida a hierarquia, ela irá determinar uma inteligibilidade para todo universo militar, desde suas relações formais até as relações entre militares para além da cadeia de comando. Nesta perspectiva, mesmo fora dos quartéis, os militares estão formalmente submetidos a padrões prescritos de comportamento e aos limites impostos pelos círculos hierárquicos¹⁰, regulamentadores de locais de trabalho, salas, refeitórios, banheiros, alojamentos, dentre outros aspectos. A mistura entre círculos é denominada “promiscuidade hierárquica” (LEIRNER, 1997) fato bastante preocupante para instituição, pois pode comprometer a base da hierarquia.

Outro aspecto ainda importante de se observar na vida militar é que para além do ambiente de trabalho, locais de moradia, lazer e de estudo são compartilhados. Características estendidas aos cônjuges e filhos. Estudos recentes (SILVA, 2009) revelam que a própria “família militar”, conceito nativo em termos antropológicos, apresenta características que a definem segundo normas e condutas da organização militar, o que denota a idéia de que a família possa ser uma extensão da corporação, refletida na organização da moradia, do convívio com famílias do mesmo círculo hierárquico do cônjuge militar, na organização do cotidiano (formas de trabalho, lazer etc.), do papel desempenhado pelas esposas que reproduzem informalmente a hierarquia dos maridos, o que indica que a hierarquia transborda os muros dos quartéis e invade a esfera da intimidade dos seus membros. Tal questão nos traz elementos para se pensar a organização militar enquanto instituição total.

A organização militar como instituição total

Em pesquisa pioneira realizada a partir de uma etnografia com cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Castro (1990) indentifica que o indivíduo ao ingressar em uma instituição militar, desde o primeiro momento da estadia em regime de internato, é submetido a uma bateria de rituais expiatórios, treinamentos físicos e repetição, cuja principal função é forjar a construção de uma nova pessoa, de um novo “eu”, o militar, com qualidades

¹⁰ Segundo o Estatuto do Militares, art 15, os círculos hierárquicos constituem “âmbitos de convivência entre militares da mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver o espírito da camaradagem em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo”.

distintas do “civil” (ou “paisanos”)¹¹, cuja identidade é reconhecida a partir da ideia de pertencimento a um “mundo de dentro” (o meio ou mundo militar) em contraposição a o “lá fora” (meio ou mundo civil).

Um dos conceitos comumente utilizado por pesquisadores da área militar para dar conta desta característica institucional é sua classificação como instituição total.

O conceito de instituição total foi desenvolvido de modo sistemático pelo sociólogo canadense Erving Goffman em sua obra *Asylums – Essays on the social situation of mental patients and other inmates*, publicada em 1961 e traduzida mais tarde no Brasil como *Manicômios, prisões e conventos*. Goffman (2010, p.11) designa como instituição total [...] um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada. Mais adiante o referido autor complementa sua definição ao afirmar que as instituições totais promovem a ruptura das barreiras que separam os atos de trabalhar, dormir e brincar, comuns ao cotidiano da maior parte das pessoas, de maneira que essas atividades passam a acontecer sempre na companhia de outras pessoas, de acordo com um controle formal de horários e procedimentos, segundo o plano racional da instituição.

Quartéis e academias militares são incluídos por Goffman como exemplos de instituições totais. Ao longo de toda a obra, o autor torna repetidas vezes a fazer referências diretas a casos militares de instituições totais. É o que ocorre ao discorrer sobre o processo de “mortificação do eu”, de desconstrução da identidade prévia do interno, cita para isto, um episódio ocorrido em um alojamento de soldados, onde um militar superior hierárquico usa sua autoridade de forma abusiva para impor aos subalternos o compromisso com a obediência. O autor ilustra ainda tal questão, no caso típico de adaptação dos internos pela conversão, fenômeno em que o interno adere plenamente aos propósitos da instituição, de modo que, evidentemente, nos campos de treinamento de oficiais, encontramos convocados, logo tornados “oficiais convictos”, os quais aceitam uma forma de tormento que rapidamente serão capazes de infligir a outros (Goffman, 2010, p.61). Janowitz também nos trás elementos para refletir no caráter totalizante das instituições castrenses:

¹¹ Termo nativo pejorativo para denominar pessoas civis, que não fazem parte do mundo militar.

A íntima solidariedade social [...] baseia-se num fato ocupacional peculiar. A separação entre local de trabalho e de residência, característica das ocupações urbanas, não existe. Ao invés disto, a comunidade militar é uma comunidade relativamente fechada, em que a vida profissional e doméstica estão completamente misturadas. A nítida separação entre trabalho e a vida privada tem sido minimizadas na ocupação militar (1967, p.177).

No caso particular das academias militares, ao mesmo tempo escolas em regime de internato, os elementos constituintes da projeção de uma identidade militar, assentada no contraste entre “nós militares” e “eles paisanos”, são expostos a um esgotamento acentuado. Através de uma série de atividades são introduzidos nos alunos valores de obediência, submissão, assiduidade, pontualidade, racionalidade e meritocracia. Diversos fatores concorrem para isso, leis, decretos, portarias, ordens internas, regulamentos, estatutos, dentre outros, os quais, além de delimitarem exatamente deveres e direitos de cada um, pormenoriza como deve ser a conduta de cada elemento em várias situações.

Este processo visa alterar modos de pensar, sentir e agir, a fim de que acatem sem questionamento o modelo administrativo praticado pela instituição, fundado na hierarquia e assegurado pela prática disciplinar, inserido no comportamento do militar, desde o momento que ingressa na carreira.

Críticas à utilização do modelo de instituições totais, em estudos que privilegiam aspectos internos das organizações militares, notadamente, academias, foram feitas por Castro (2007). Para isto, o autor toma como parâmetro para análise seu estudo junto aos cadetes da AMAN. Segundo o autor, em uma academia militar, inexistente uma divisão rígida entre equipe dirigente e interno. Na cadeia de comando militar não há uma separação da mesma natureza. Embora haja uma barreira intransponível entre oficiais e praças, dentro dessas divisões existem fortes mecanismos de mobilidade social com base no mérito individual. Ao contrário das instituições totais típicas, a comunicação informal e o estabelecimento de relações afetivas entre cadetes e oficiais são crescentemente estimulados ao longo do curso. Embora o respeito e a precedência hierárquica devam ser sempre observados, busca-se o estabelecimento de vínculos afetivos entre cadetes e oficiais.

Diz ainda que nas instituições totais, não se busca uma “vitória cultural” sobre o internado, mas a manutenção de uma tensão entre seu mundo doméstico e o mundo institucional. Essa tensão persistente é usada como “uma força estratégica no controle de homens” (GOFFMAN, 2010, p.24). Numa academia militar busca-se justamente uma “vitória cultural” e não criar uma “tensão persistente”: a academia é claramente vista como um local de passagem, um estágio a ser superado.

Finalmente, é importante destacar que Goffman trata principalmente dos estabelecimentos de participação compulsória. Numa academia militar, ao contrário, só fica quem quer. Conclui o autor, mais se perde do que se ganha em classificar com total as instituições militares.

A despeito de tais críticas, não há como desconsiderar a relevância e o pioneirismo de Goffman na análise de instituições relativamente autônomas em relação ao mundo exterior. Ele próprio adverte que a construção de um tipo ideal exige flexibilidade e ponderação, na medida em que os traços por ele descritos seriam encontrados em maior intensidade em alguns casos concretos do que em outros, o que não permite de antemão desprezar uma ferramenta conceitual como esta, mesmo porque não se propõe abarcar exhaustivamente todas as possíveis variações que se poderiam encontrar nas pesquisas empíricas. Como bem diz o autor (GOFFMAN, 2010, p.12): “Talvez seja melhor usar diferentes cobertores para abrigar bem as crianças do que utilizar uma coberta única e esplêndida, mas onde todas fiquem tremendo de frio”.

Um bom cobertor para abrigar nossa análise é pensar nas instituições militares como espaço de exercício do poder disciplinar, local onde o poder recompensa, controla o tempo, vigia espaços, classifica e pune, conforme o bem demonstra Foucault (1987).

A organização militar como instituição disciplinar

Observa o cotidiano das instituições militares, segundo Leirner (2006 e 2009), implica notar a marca de um sistema de relações hipercodificada. Prescrições, regulamentos, comandos, cerimoniais e protocolos são estabelecidos não apenas para ocasiões solenes, mas ainda para atos triviais da vida dos seus membros. Sentar-se à mesa, entrar numa embarcação, participar de um evento social, falar com um superior, cumprimentar um colega, realizar uma formatura ou um funeral e combater passam pelo mesmo regime prescritivo, cujo objetivo é unificar a palavra e a ação. A engenharia social na vida militar realiza este feito por meio do emprego da disciplina.

A disciplina é um tipo de poder e, simultaneamente, uma modalidade para o seu exercício. Ela compreende um conjunto de instrumentos, técnicas, procedimentos, níveis de aplicação, agentes, pacientes. A disciplina é uma *física* ou uma *anatomia* de poder, uma tecnologia (Foucault, 1987). Uma tecnologia bastante complexa, poderemos ainda acrescentar, pois ela não existe em si mesma senão enquanto conjunto abstrato de constrangimentos comportamentais, de possíveis e desejados modos de ação.

Foucault (1987) ao estudar a disciplina, afirma nascer ela como a arte do corpo humano, a fim de deixá-lo mais dócil para torná-lo mais obediente, quanto mais útil. Denomina como disciplinas os métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, os quais realizam a sujeição constante das suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade. A disciplina aumenta a força em termos econômicos de utilidade e diminui a resistência que o corpo pode oferecer ao poder. Dissocia, assim, o poder do corpo e faz dele uma aptidão, a qual busca aumentar. Logo, na caserna, “marche!” significa a correspondente postura corporal imediata, na qual busca suprimir ao máximo o intervalo entre a ordem e a sua consumação em ato, entre comando e obediência.

O poder e a autoridade disciplinar são obtidos através da distribuição dos indivíduos no espaço, lançando mão para isto da especificação de um local, do princípio da localização imediata e funcional, e, do intercâmbio dos indivíduos; valem-se também do controle das atividades, por meio de horários, da elaboração temporal do ato, da correlação corpo-gesto, da articulação corpo-objeto e da utilização exaustiva do corpo.

A educação ministrada aos militares nas academias revela como o poder e a autoridade disciplinar conformam e constituem as organizações castrenses. A disposição física do espaço, local onde são realizadas as atividades pedagógicas é devidamente fechada e quadriculada, para que os alunos incorporem a ideia de que ao longo do tempo sempre ocuparão um local determinado e executarão uma atividade específica. Acrescenta-se o fato de que o conjunto arquitetônico da instituição deve compor uma estrutura favorável à vigilância e à observação de todas as pessoas que transitam por ele, a exemplo do *Panóptico de Betham* (FOUCAULT, 1987, p. 177).

Horários devem ser rigidamente cumpridos, atividades são sistematicamente realizadas à luz de uma programação diária: alimentar-se, ordem unida (marchas), assistir a aulas, realização de provas, estudos obrigatórios, etc. As tarefas são realizadas, na maior parte das ocasiões, comandadas por toques das cornetas, campainhas, sirenes, ordens verbais, gestos corporais, com vistas a automatizar a conduta dos discentes. Adicionam-se os mecanismos de controle, como recompensas e punições, que possibilitam assegurar respostas apropriadas aos estímulos correspondentes. Assim, disciplina-se a mente disciplinando-se o corpo.

O resultado deste processo é um indivíduo fabricado, cujas definições e expectativas militares tornam-se também as suas. Conclui Gouveia (1997, p.14): “Tornar-se um sujeito militar é, então, tornar-se tanto o produto como o instrumento da instituição para a sua auto-

reprodução, tanto o agente como o paciente da disciplina militar, e tanto o agente que exerce o poder como o paciente sobre o qual ele é exercido”.

Tal como Goffman, rejeita Foucault uma opção metodológica que tende à universalidade. Desenvolve, assim, uma refinada reflexão sociológica, fruto de investigações delimitadas, circunscritas, com objetos bem demarcados.

O rigor metodológico é também um procedimento adotado por Bourdieu (2010). Sua tese de doutoramento foi baseada em pesquisa etnográfica entre Cabilas do norte da África, a partir da qual elaborou a obra “A Dominação Masculina”, cuja contribuição será utilizada no momento seguinte para pensar em nosso objeto de estudo, a instituição militar.

A organização militar como instituição de “Dominação Masculina”

Em estudo clássico, Janowitz (1967) mostra como se constitui a profissão militar, qual o *ethos* que a sustenta. Segundo o autor, para tornar-se um profissional das armas, o soldado deve deixar de ser o indivíduo que é e transformar-se num ser, cuja identidade é determinada pela instituição, que tem como função o combate. Todo aprendizado do soldado tem como finalidade construir um novo homem. Um dos elementos centrais desta identidade é justamente a masculinidade, pois a guerra sempre foi associada à agressão e o quartel a um território exclusivo dos homens. Para o autor, as Forças Armadas talvez seja a mais masculina de todas as instituições sociais. Decorre desta constatação a possibilidade em pensarmos na organização militar em um *locus* privilegiado do exercício da “dominação masculina” (BORDIEU, 2010).

Para Bourdieu (2010), a dominação masculina se sustenta em uma divisão arbitrária entre homens e mulheres, concebida por meio de oposições binárias: aos homens, atribui-se adjetivos positivos e às mulheres negativos. Tal maneira de classificar (taxionomia) homens e mulheres consiste em princípio um trabalho de construção social dos corpos, cujo objetivo é tornar verdadeira (fatídica), algo pretensamente natural, as oposições homólogas. Este processo faz uso de características físicas existentes no plano biológico.

Assim, diferenças sociais parecem fundamentadas em diferenças biológicas, o que justifica a lógica de dominação. Vale atentar que a própria dominação se faz presente neste trabalho de construção social do biológico.

É um a construção social arbitrária do biológico, e, particularmente do corpo, masculino e feminino, de seus usos e funções, sobretudo na reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, a partir daí, de todo o cosmos. (BOURDIEU, 2010, p.33).

Todo este processo funda-se na “ordem simbólica” (BOURDIEU, 2010, p.45), conhecida e reconhecida, aceita em forma de crença, de adesão dóxica, ou seja, irrefletida, a qual dispensa comprovação, dado que o habitus de homens e mulheres está condicionado a perceber o mundo somente a partir das categorias imputadas por tal ordem.

Ao longo da história, a força da dominação masculina pode ser observada na divisão sexual do trabalho, por meio da resistência à ocupação de determinados postos de trabalho por mulheres, a exemplo da profissão militar. Justificativas para tal estão ancoradas no argumento arbitrário das oposições binárias entre homens e mulheres.

D’Araújo (2004), em trabalho que analisa a incorporação de mulheres e homossexuais às Forças Armadas do Brasil, revela que para as autoridades militares brasileiras as mulheres são vistas como seres frágeis, emotivos, pacificadores, indefesos, delicados, que necessitam de proteção; ao passo que os homens são tidos como seres fortes, agressivos, guerreiros; logo, mais aptos para lidar com o monopólio da violência, com a guerra.

A visão dominante androcêntrica no meio militar legitima uma situação em que funções desempenhadas por mulheres se restrinjam à área administrativa, de apoio, e não à parte operativa, de combate. O construto social que evoca características físicas existentes no plano biológico como argumento para distinções, e, ato contínuo, para demarcação de interdições, funções, lugares e posturas sociais entre homens e mulheres se faz presente no cotidiano da caserna. Autoridades militares, em geral, consideram difícil compatibilizar uma carreira militar, a qual supõe capacidade física para dispor de força e de energia de gente jovem, o que coincide com o ciclo da maternidade¹².

Permanecem, portanto, ao final da primeira década do século XXI, variadas restrições: mulheres são ainda excluídas de áreas e funções ligadas ao combate; têm uma representação limitada em posição de poder no sistema militar; nem sempre são aceitas e confrontam até mesmo reações hostis, embora de modo cada vez mais reduzido.

Segundo dados do Anuário Estatístico da Marinha (2008), dos 53.803 militares do seu efetivo, apenas 3.024 são mulheres, o que corresponde a 5,62% dos militares da Força. Deste número, 1.824 é constituído por oficiais, todavia nenhuma destas ocupa o posto de Almirante

¹² Resultados semelhantes foram encontrados em outros estudos que tratam da participação feminina nas Forças Armadas brasileiras (ALMEIDA, 2008; SILVA, 2007; LOMBARDI, 2009, MATHIAS, 2009).

(oficial general). As mulheres possuem ainda restrições para integração regular nas tripulações de navios e submarinos, ingressar no Colégio e na Escola Navais e nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros, conseqüentemente as carreiras da Armada, dos Fuzileiros Navais e da Intendência, além das atividades de combate. Fato que as tornam alijadas das posições de comando mais destacadas.

A criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), em 1980, marca o início do processo de feminização¹³ das Forças Armadas brasileiras. Porém, é somente na década de 90 que as mulheres passaram a ser integradas a estrutura das Forças¹⁴. Foge aos objetivos deste estudo a análise das condições político-institucionais que proporcionaram condições favoráveis à presença feminina nas Forças Armadas, notadamente na Marinha. Estudos que já trataram desta questão (CARVALHO, 1990; ALMEIDA, 2008; LOMBARDI, 2009) apontam que o objetivo da inserção da mulher na Marinha encontra-se relacionado ao suprimento de recursos humanos, necessários à substituição e “recomplemento” de funções técnicas e administrativas, desenvolvidas por praças e oficiais em terra, deslocando-os para setores operativos.

Para Mathias (2009), a incorporação das mulheres nas Forças Armadas feita ao final dos regimes autoritários, propôs-se ainda sinalizar, tanto para o público interno quanto para o externo à força, a presença feminina nos quartéis como uma barreira para abusos cometidos por seus pares ao longo do autoritarismo e também de humanização do ambiente, haja vista o arbitrário cultural de que são as mulheres *“maternais, meigas e frágeis”* por natureza.

Dentre os benefícios trazidos pela presença das mulheres nas Forças, avaliados pelos próprios militares, destaca-se um maior grau de civilidade, humanização e flexibilização nos relacionamentos interpessoais, ou seja, a contribuição das mulheres estaria relacionada com ao ingresso de qualidades tidas como femininas em território predominantemente masculino.

Interessante é observar neste aspecto, tal como nos revela Bourdieu (2010), que o ser feminino é sempre o ser percebido. A pretensa feminilidade das mulheres na maioria das ocasiões é uma forma de concordância com as expectativas masculinas, e, portanto, de sujeição à dominação masculina. Neste sentido, questiona-se até que ponto o acesso de

¹³ Para Lombardi (2009, p. 19): “A expressão feminização costuma designar o processo de inserção e ampliação da presença das mulheres em ambientes de trabalho e profissões majoritariamente masculinos. (...) a perspectiva teórica subjacente à categoria analítica feminização sugere o estudo das mudanças nas relações sociais entre os sexos, nas identidades e representações profissionais e mudanças institucionais de várias ordens (...)”.

¹⁴ Marinha: integração das mulheres aos corpos e quadros da instituição em 1997 e extinção do CAFRM; Aeronáutica: ingresso da primeira turma feminina na Academia da Força Aérea em 1996; Exército: entrada da primeira turma feminina no Instituto Militar de Engenharia em 1997.

mulheres, a um ambiente até então restritos a homens, vir a representar uma possibilidade de alteração da cultura endocêntrica, fortemente impregnada no meio militar.

CONCLUSÃO

A partir de uma perspectiva sociológica, este trabalho buscou, por meio da contribuição de renomados pensadores das ciências sociais e da intitulada “Sociologia Militar”, analisar as instituições militares. Partiu-se de uma reconstrução histórica da profissão militar para se pensar, *a posteriori*, nas organizações militares como instituições burocráticas, totalizantes, disciplinadoras e de dominação masculina.

Vimos que a profissionalização militar se fez acompanhar com a formação do Estado nacional, o que tornou possível a este último o monopólio da violência organizada. É digno de notar neste aspecto que, desde os anos 90, funções tradicionalmente desempenhadas por forças públicas de segurança ou militares vêm sendo sucessivamente subcontratadas por empresas particulares militares e de segurança. Essas atividades incluem tarefas de segurança, apoio técnico e logístico, treinamento e proteção. No entanto, de modo mais freqüente os prestadores de serviços particulares têm sido usados para reunir material de inteligência e análise, fazer a custódia dos prisioneiros e interrogá-los e, às vezes, participar dos combates.

A ação das empresas de segurança e planejamento operacional se realiza em um verdadeiro vácuo jurídico, ainda que formalmente esteja enquadrada na Convenção de Genebra de 1949. Os mercenários têm treinamento e armas, e atuam freqüentemente em instalações militares, o que implica seu envolvimento diretamente no conflito. As empresas especializadas se escondem habitualmente em uma rede fantasma, com múltiplas conexões, empresas subsidiárias, filiais e terceirizadas. Muitos profissionais contratados cometem atentados contra direitos humanos, ou são suas vítimas, face às condições em que foram levados a se envolver no conflito. Preocupa também o fato de suas ações não estarem sob controle do exército regular, pois quem os comanda são seus próprios chefes, cujos padrões de conduta não se cifram pelo respeito aos direitos humanos, e sim, pela lógica do capital. Podemos afirmar que o uso dos exércitos de mercenários na contemporaneidade é parte do movimento de redução e privatização do Estado: a despeito dos mercenários ganharem mais do que os militares e as empresas obtenham grandes lucros, o estado, quando os contrata, economiza em treinamento, alimentação, transporte, alojamentos, hospitalizações e assistência médica.

A ineficácia do Estado também se vê refletida no emprego das Forças Armadas em atividades não clássicas: as atividades socioeconômicas, sociais ou assistenciais, de um lado; e as atividades policiais ou de garantia da lei e da ordem (atividades de segurança pública) de outro. Esses empregos têm sido incrementados no Brasil em virtude de duas motivações: a carência de parcela significativa da população por serviços básicos do Estado, bem como pela incapacidade das secretarias estaduais de segurança de fazerem frente às ameaças internas contra a ordem pública, principalmente, às associadas ao crime organizado com cerne no narcotráfico.

Importante ainda destacar que tal questão encontra-se intimamente ligada à alteração do papel atribuído pelos Estados, bem como a atuação por ele esperada de suas Forças Armadas, desde o fim da Guerra Fria (1945-1991), em direção a maior participação dos militares em ações não relacionadas à sua atividade clássica. Não obstante ser, por vezes, necessária a mão de obra militar para suprir tais lacunas, a utilização das Forças Armadas em atividades sociopoliciais é fruto de controvérsias dentro e fora da caserna: vislumbram-se serem potenciais problemas tanto a demanda cada vez maior atribuída pela sociedade a seus militares, quanto a possível banalização da sua mão de obra, em face dos orçamentos restritivos impostos às Forças Armadas pelo governo federal.

A própria forma como é exercida a cidadania militar também vem alimentando o debate, assistido nos últimos tempos, notadamente com o movimento encampado pelo Corpo de Bombeiros do estado do Rio de Janeiro, dos limites de sua ação política. Pois, os militares brasileiros, embora possam contar com alguns direitos, se comparados com certos funcionários públicos e outros setores da iniciativa privada, podem ser considerados cidadãos de segunda categoria, visto não lhes ser permitido ter sindicatos, não lhes ser facultado o direito de greve, de postular direitos, de integrar partidos políticos. Não lhe é devido pagamento de horas extras ao trabalhar 24 horas/dia em adestramento ou manobra, ou no serviço em campanha de longa duração, não têm direito a remuneração do trabalho noturno superior à do trabalho diurno, dentre outras restrições.

Tais questões estão a desafiar analistas sobre os rumos que as Forças Armadas vêm tomando, e ato contínuo, seu reflexo na profissão militar. Nesta perspectiva, torna-se necessário que o pensador social volte seu olhar investigativo para a guerra, o militar e a nação. É necessário que a teoria social supere a negligência sobre a questão, dado o consenso, conforme mencionado na introdução deste estudo, entre pesquisadores da área sobre a pouca atenção devida à temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M.R.D. *Batalhas culturais de gênero: a dinâmica das relações de poder no campo militar naval*. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRASIL, Diretoria de Administração da Marinha. *Anuário Estatístico da Marinha*. Volume I, 36 ed. Rio de JANEIRO: 2008.
- CARVALHO, S.M.S. *Casa-caserna: um percurso diferenciado na vida das mulheres militares*. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 1990.
- CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1990.
- _____. *Goffman e os militares: sobre o conceito de instituição total*. Disponível em: <www.lemp.ifcs.ufrj.br/revista/um/Goffman_e_os_militares.pdf>. Acesso em: mar. 2011.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.resdal.org/experiencias/lasa_04-daraujo_pdf>. Acesso em novembro de 2009.
- DOMINGOS, Manuel. *O militar e a civilização*. Tensões Mundiais: revista do Observatório das Nacionalidades, vol 1, n. 1, Fortaleza, 2005.
- ELIAS, Norbert. *Estudos Sobre a Gênese da Profissão Naval: Cavalheiros e Tarpaulins*. Disponível em <www.scielo.br/pdf/mana/v7n1/a05v07n1.pdf> Acesso em: jul. 2011.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- GOFFMAN, Erving. *Prisões, manicômios e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- GOUVEIA, Carlos A. M. *O Amansar das Tropas: Linguagem, Ideologia e Mudança Social na Instituição Militar*. Tese de doutorado da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1997.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: 1996.
- JANOWITZ, Morris. *O soldado profissional: um estudo social e político*. Rio de Janeiro: edições GRD, 1967.
- LEIRNER, Piero de C. *Meia volta volver: um estudo antropológico da hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1997.

_____. *A etnografia como extensão da guerra por outros meios*: notas sobre a pesquisa com militares. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em mar. 2011.

_____. *Sobre “nomes de guerra”*: classificação e terminologia militares. Disponível em <www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php>. Acesso em: jan. 2011.

LOMBARDI, Maria Rosa. *As mulheres nas forças armadas brasileiras*: a Marinha do Brasil. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2009.

MAQUIAVEL, Nicolai. *O Príncipe*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

MATHIAS, Suzeley K. (Org). *Sob o signo de Atena*: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SILVA, Cristina R. da. *Masculinidade e feminilidade nas Forças Armadas*: uma etnografia do ser militar, sendo mulher. In: VII Reunião de antropologia do Mercosul. Rio Grande do Sul, julho 2007. Disponível em: <www.arqanalagoa.ufsc.br>. Acesso em: dez. 2010.

SILVA, Fernanda Chinelli M. da. *“Eu adoro ser mulher de militar”*: um estudo exploratório sobre a vida das esposas de militares. In: 1º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. São Paulo, setembro 2007.

VIEGAS, Carlos Eduardo M. A profissão militar e as mudanças na guerra: devem os militares combater o crime urbano? *Revista Olhar*, vol. 7, ano 4, 2003.

WEBER, Max. *Burocracia*. In: GERTH. H. H.; MILLS, C. Wright (Org.). Max Weber – Ensaio de Sociologia. 5. ed. Rio de Janeiro: LCT, 2008.

_____. *Economia e sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, vol. I e II, 1999.